

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: [**GT13 - Gerações e Contemporaneidade**]

Título do Trabalho [**Maternidades Compartilhadas: Trocas intergeracionais femininas em famílias pobres na periferia de Fortaleza/CE**]

Socorro Letícia Fernandes Peixoto (Universidade Federal do Ceará)

Antônio Cristian Saraiva Paiva (Universidade Federal do Ceará)

Maternidades Compartilhadas: Trocas intergeracionais femininas em famílias pobres na periferia de Fortaleza/CE

Este artigo constitui-se como parte da minha pesquisa de doutorado em curso, e pretende conhecer as práticas e os significados que as mulheres avós atribuem às experiências de compartilhamento da maternidade nas famílias multigeracionais, na comunidade Morro da Vitória, situada na periferia de Fortaleza. O interesse em estudar as “modelagens” da maternidade em famílias pobres ocorreu através de alguns resultados da minha pesquisa dissertativa a qual percebi redes femininas de solidariedades intergeracionais, para dar conta de tarefas de cuidados das crianças, algo ora exigido pelos dispositivos estatais, ora para ganhar “respeitabilidade” frente aos códigos morais construídos no território em que vivem, afinal, “o filho é da mãe”.

A minha pesquisa de mestrado objetivava compreender os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres urbanas, tendo como foco sua condição de gênero. Nesse sentido, as minhas incursões etnográficas nesse cenário de pobreza, no emaranhado de acontecimentos vividos pelo duro cotidiano das mulheres aguçaram meus sentidos e me fizeram questionar os motivos de um número significativo de mulheres-avós, muitas delas chefes de família, serem as responsáveis pelos cuidados afetivos e materiais dos netos.

A “circularidade das crianças” termo usado por Fonseca (2006) para designar a transferência de uma criança entre uma família a outra, seja sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita, foi outro acontecimento corriqueiro vivido naquele contexto. A transitoriedade masculina, decorrente de vínculos conjugais instáveis, também ganhou relevo em minhas observações. Quem eram essas mães ditas jovens e quem eram essas avós, tidas como mulheres velhas e “mãe duas vezes”¹? Como as mulheres velhas se compreendem ao assumir uma maternidade fora do tempo? Que regimes de verdades sobre a maternidade são hegemonicamente produzidos e inscritos culturalmente nos corpos das mulheres?

¹ Termo usado por duas entrevistadas nesse momento atual de pesquisa de campo.

Além dessas inquietações, a minha condição de assistente social de um hospital público de Fortaleza, no setor de Obstetrícia inquietou-me a pesquisar sobre maternidades, uma vez que esse espaço carrega consigo cenários de práticas e saberes científicos que produzem regimes de verdade sobre a maternidade, afinal é nesse lugar que a ritualidade do evento do parto ganha concretude. A unidade de Obstetrícia desse hospital caracteriza-se ainda por um local de presenças femininas constantes e de simultaneidades geracionais, em que se encontram mulheres jovens gestantes ou puérperas (a maioria pertencentes às classes populares), bem como mulheres mais velhas, que estão na condição de acompanhantes das pacientes, sendo geralmente suas mães ou sogras, portanto, as avós das crianças. Os discursos autorizados a circular nesse lugar, produzem dispositivos do que é ser uma boa mãe, tendo como base as normalidades dos cuidados com as crianças e o controle dos corpos femininos.

Nos casos, de mulheres parturientes que apresentam atitudes consideradas “desviantes” ao modelo hegemônico de maternidade, a exemplo das mães dependentes químicas, adolescentes de pouca idade, mães com transtornos mentais, as avós são as primeiras a serem chamadas a assumir a responsabilidade pela criança recém-nascida, negociações entre a equipe de saúde e os familiares vinculados à criança

O trabalho de campo da pesquisa de doutorado ora em curso, iniciou-se na comunidade Morro da Vitória², conforme descrito anteriormente. Nesse momento inicial venho observando e identificando os sujeitos que melhor respondam ao meu objeto de pesquisa, realizei quatro entrevistas com mulheres avós, pertencentes a famílias multigeracionais pobres. Busco

² A comunidade Morro da Vitória constitui-se em uma área localizada nas dunas de Fortaleza, no bairro Vicente Pinzon, mais precisamente, nas proximidades do novo farol do Mucuripe. Essa comunidade, denominada também de Farol Novo, é considerada uma das áreas de risco mais populosas de Fortaleza, tendo cerca de 1.100 famílias em situação de vulnerabilidade social. (Jornal Diário do Nordeste, 2007). No tocante à história da comunidade Morro da Vitória, sabe-se que a mesma é fruto de um processo de ocupação, ocorrido em 2001. Esse processo de ocupação foi bastante tenso, uma vez que desenvolveram-se fortes embates entre a comunidade e o poder público à época por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado. Essa ocupação foi noticiada nos jornais de grande circulação da cidade, sobretudo, dada a repressão policial e as tentativas de expulsão das famílias do local.

constituir um campo de interações entre esses sujeitos, através das minhas observações das convivências femininas neste local, da observação das festas, missas e outros eventos da comunidade, das conversas informais estabelecidas entre elas, de seus gestos e comportamentos tanto de reiteração das normatividades de gênero, como de questionamentos aos regimes de verdades produzidos pelos agentes estatais.

Para tanto, como diz Kofes (2001) vou realizar um exercício de mover-me em torno do meu objeto de estudo, ou seja adentrar sentidos e práticas de maternidades vividos pelas mulheres, não confinando o exercício etnográfico ao local e a pessoas passíveis de serem observadas. Além das entrevistas face a face, na comunidade, procurarei realizar entrevistas no hospital no qual trabalho com as mulheres mães que tiveram seus filhos no hospital e atualmente são usuárias dos serviços ambulatoriais de puericultura, mediante aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Geral de Fortaleza. Como fontes secundárias, utilizarei artigos de jornais, revistas, textos literários, buscarei conhecer as instituições e redes de sociabilidades femininas que giram em torno da maternidade, sobretudo de mulheres pobres.

Esse estudo portanto, ao buscar captar experiências de maternidade pelas mulheres jovens e velhas, mediante os múltiplos lugares ocupados por elas, terá como referência as interseccionalidades de gênero; geração e classe social³. Almejo ainda apreender as cumplicidades, negociações, conflitos e rupturas que emergem entre essas mulheres, mães e avós, diante dos modos de viver a maternidade e de suas práticas de sociabilidade. Recorro aos estudos de gênero vinculados às epistemologias feministas contemporâneas, dada as marcas das minhas filiações conceituais de compreensão das relações de gênero por meio do diálogo com o feminismo. Compreendo ainda que as relações de gênero aparecem diretamente interseccionadas a outras dimensões da vida dos sujeitos, a exemplo das relações geracionais, de raça/etnia, classe, orientação sexual, dentre outras.

Na primeira sessão desse artigo discorro sobre modelos de maternidades hegemônicos construídos no Brasil, tendo como base as

³ Embora eu reconheça a relevância da raça como um marcador que determina lugares de homens e mulheres socialmente e revela desigualdades, nesse trabalho não explorarei essa categoria, dado o alcance ainda preliminar dessa pesquisa.

influências o “modelo” ocidental europeu baseado na família nuclear moderna e suas formas de reprodução na sociedade brasileira e nos imaginários femininos. Posteriormente, tratarei de realizar uma interface entre gênero e geração, a partir dos sentidos e práticas de maternidade vividos por mulheres avós. Por fim, busco discorrer sobre as trajetórias das mulheres pobres e avós quanto às experiências de maternidades, dada as repercussões do modelo hegemônico e as insurgências vividas num cotidiano permeado por ausências materiais. Utilizo-me, portanto, de alguns trechos de narrativas iniciais dessas mulheres, a partir das entrevistas realizadas e das minhas observações preliminares em campo. Ressalto que me utilizo de nomes fictícios das mulheres, de suas filhas e netos/as, a fim de preservar o anonimato dos sujeitos.

1. Maternidades Ocidentais modernas: a enunciação de um “modelo”

O debate em torno da maternidade, nessa sessão, será balizado pelas referências teóricas dos estudos históricos, sociológicos e feministas, portanto, não compreenderá a maternidade como uma condição exclusiva natural do corpo biológico feminino. A maternidade, nesse estudo, é entendida como uma experiência presente nas trajetórias de vida de algumas mulheres, sendo esta experiência construída socialmente, portanto submetidas ou não aos códigos heteronormativos que ideologicamente buscam dispor os corpos femininos a um destino “quase” certo: ser mãe. As vivências da maternidade, nesse sentido, localizam-se de formas plurais, em virtude dos diversos espaços e tempos históricos. Em alguns trechos desse trabalho, utilizarei o termo maternidades como forma de invocar as pluralidades e ambivalências dessas experiências pelas mulheres.

Não é minha intenção realizar uma espécie de evolução histórica da maternidade vivida pelas mulheres, por conta da limitação desse trabalho e como diz Chartier (1991), no texto “O mundo como representação”, dada a variação histórica que, muitas vezes, é subtraída pelos pensamentos universais de categorias filosóficas ou fenomenológicas dadas como invariantes. Geralmente, os “desvios” e as particularidades das experiências não são descritas nas grandes narrativas historiográficas. No entanto, arrisco-me a

contar de forma breve as construções dessa experiência social que é a maternidade, sobretudo, no mundo Ocidental moderno. Reforço ainda que outras formas e domínios culturais do ser mãe em contextos outros são tão legítimos quanto os dispostos nesse artigo.

É sabido que a “devoção materna” foi algo construído ao longo da história da humanidade. Na Europa Ocidental, o controle da sexualidade feminina, vinculado ao casamento heterossexual e para fins de procriação data-se do último terço do século XVIII, período de consolidação da ordem econômica burguesa e dos Estados modernos.

Segundo Badinter (1985), a transformação da imagem de mãe, seu papel e sua importância modificaram-se, operando uma espécie de revolução nas mentalidades, embora os comportamentos tardem um pouco a se alterar. O foco ideológico, portanto, ilumina cada vez mais a mãe e, a associação de “amor” e “materno” significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe.

A mulher, sobretudo das classes mais abastadas, foram evocadas a desempenhar o papel de boa mãe, através do desenvolvimento de cuidados e da atenção para com os seus filhos. Um dos discursos operados pelo pensamento social da época era de que o cuidado para com as crianças, realizado pelas serviçais, poderia ocasionar doenças e mortalidade infantil que, por sinal, era alta nos séculos XVII e XVIII. Os ideais de maternidade atribuídos as mulheres caminharam juntos com a valorização da família nuclear moderna, típica dos ideais da burguesia da época, composta por pai, mãe e filhos coabitando no mesmo domicílio.

As estruturas familiares até então organizadas pela transmissão de bens, nomes e valores tradicionais vão dando lugar para um núcleo conjugal, pautado na privatividade do lar e na individualidade de seus membros. Essa nova composição familiar foi objeto de intervenções médicas e estatais acionadas sob os dispositivos da sexualidade que outorgavam à mãe e à maternidade um lugar de destaque. A família, peculiar das camadas médias, passou a ser o núcleo de revelação da intimidade e de aprofundamento dos afetos entre seus membros e, a sobrevivência das crianças o novo imperativo da ordem econômica capitalista nascente.

A partir do final do século XVIII, os ideais modernos imprimiram a construção idealizada da “mãe de família” produzida historicamente a partir da constituição do amor romântico e da ideia de “casamento para sempre”. (GIDDENS,1993). Concomitante a isso, o confinamento da sexualidade feminina ao núcleo conjugal heterossexual foi reverberado pelo conjuntos de aparelhos normativos que controlavam o corpo das mulheres e que as faziam acreditar que a condição de respeitabilidade feminina, portanto, o *status* dessas mulheres estaria diretamente vinculados ao orquestramento de papéis pautados nos cuidados emocionais e afetivos com o cônjuge e os filhos.

No Brasil, o modelo de família nuclear moderna importado do seio da burguesia europeia no século XIX coexistiu com os códigos atualizados da família patriarcal do período colonial. Interessava aos fundamentos da colonização do império português, com o apoio da Igreja, dos teólogos, moralistas, confessores e médicos a domesticação feminina, a normatização de seus corpos e almas, esvaziando qualquer saber ou poder ameaçador, dentro da família. No entanto, essa matriz ideológica não correu sem resistências frente a realidade dos rituais e discursos amorosos da população feminina na época colonial. As mães solteiras, geralmente pobres e chefes de família, eram muitas vezes consideradas mulheres seduzidas e desonradas, sujeitas a abandono, dada a prole irregular e a ausência de companheiro. Essas mulheres se dividiam entre os cuidados com seus filhos e a luta pela sobrevivência de sua família. (DEL PRIORI, 2009)

A autora (2009) lembra ainda das prostitutas como aquelas que, moralmente estigmatizadas, eram permitidas a persuadir institucionalmente a norma. As mulheres tidas como inférteis também sofriam classificações morais, uma vez que eram tidas como doentes de paixões e melancolia. O corpo feminino infértil era condenado ao isolamento. Nesse sentido, a maternidade era algo declaradamente incorporado na identidade feminina. Sob as influências do catolicismo, a denominada “santa-mãezinha” construída na mentalidade das populações da época colonial tiveram uma eficácia reproduzida até hoje no imaginário brasileiro.

A comunhão entre o desejo institucional e domesticar a mulher no papel da mãe e o uso que as populações femininas fizeram desse projeto foram tão bem sucedidos, que o estereótipo de santa-

mãezinha provedora, piedosa, dedicada e assexuada se construiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais abandonou. Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas- mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em para-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa mãe!”, “Mãe do céu”); políticos, em discursos referem-se às suas mães como santas. (DEL PRIORI, 2009, p. 16)

Nesse curso, com a chegada da Corte portuguesa no Brasil e o emergente processo de urbanização no Brasil, novas exigências higiênicas sobre as populações são elencadas. Dentre elas a normatização da família nuclear e a incorporação de novos papéis de homens e mulheres no casamento, regulados pela ordem médica que ecoava a favor do amor conjugal, da saúde dos filhos, da moralidade da família e do progresso da nação. (COSTA, 2004)

A amamentação tornou-se uma prática de devoção aos filhos e a sexualidade restrita ao casamento tornou-se regra para a manutenção da família higiênica. Sob os novos pactos do homem-pai e do poder médico, a mulher-mãe dedicada aos filhos e ao marido ocupava o topo frente àquelas que não condiziam com as normas vigentes cujos comportamentos sexuais eram considerados descontrolados, sendo estas denominadas mundanas ou prostitutas.

A compreensão idealizada de família nuclear, sob discursos autorizados de quem fala, conforme já descrito, foram apresentados sobretudo às famílias da burguesia nascente. No entanto, paulatinamente foi sendo disseminado como verdade junto aos demais estratos sociais.

Nas tramas da contemporaneidade, em doses um pouco menores, esses discursos ainda ecoam como legítimos no imaginário de algumas mulheres, mesmo que a realidade das famílias brasileiras se apresentem sob outras configurações. No Brasil, a família é vista como um valor que garante um *status*, um nome, sobretudo, em comunidade menores, onde os vínculos de pertencimento ainda são fortalecidos.

2. Maternidades contemporâneas e famílias multigeracionais

A partir da década de 1960, com a ebulição de novos costumes galgados pelos denominados novos movimentos sociais, a exemplo do movimento de mulheres, estudantis, sindicalistas, percebe-se novas formas de compreensão e de constituição da vida privada. O surgimento da pílula anticoncepcional e o incremento e os contínuos incrementos de novas tecnologias reprodutivas permitiram mobilidades em torno da sexualidade feminina, uma vez que a maternidade paulatinamente passou a ser uma escolha e não mais um destino na vida das mulheres. Ao tornar-se uma escolha, o ser mãe traz consigo doses de reflexividade acerca da identidade feminina. Inúmeras vivências das sexualidades e das conjugalidades evocaram novas configurações familiares. Somado a isso, as mulheres começaram a inserir-se no mercado de trabalho e ocupar a cena pública.

Essas conquistas, porém estão diretamente relacionadas com as lutas dos movimentos feministas e de mulheres que nas décadas de 1960 e 1970, sobre as ideias de que “O meu corpo me pertence”, impulsionaram questionamentos acerca da dimensão reducionista da sexualidade feminina “compulsoriamente” vinculada à maternidade. As políticas sobre o corpo e a sexualidade são reeditadas, mediante as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Ainda em 1949, Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, ao lançar o livro “O Segundo Sexo”, faz a célebre afirmativa “não se nasce mulher, torna-se mulher.” Essa declaração é um marco teórico nos estudos feministas e de gênero, à medida que a autora questionou a existência do chamado “eterno feminino”, num contexto adverso do pós guerra, onde as formas conservadoras defendiam a família nuclear, a moral e os bons costumes. Nessa obra, a escritora retrata o componente social do sexo feminino, distinguindo do seu aspecto biológico. Segundo Scavone (2001) a obra de Beauvoir, lançou as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo.

Questionando a função da maternidade no contexto do pós guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses deste livro sobre liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo “centrado na mulher sujeito”, dando os elementos necessários para a politização das questões privadas, que eclodiram com o feminismo contemporâneo. Um dos elementos radicais desta

politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. (SCAVONE, 2001, p.138)

Nessa ótica, os estudos feministas articulados aos estudos de gênero⁴, contribuíram significativamente para a compreensão da maternidade como fenômeno social e para a abordagem dos aspectos relacionais dessa questão, uma vez que sendo uma prática social, abrange as relações sociais entre os gêneros, podendo frutificar esquemas de poder dadas as posições sociais ocupadas por homens e mulheres nos espaços sociais e a incorporação desses lugares ao longo de suas trajetórias.

Portanto, o sujeito mulher é substituído pelo nominalmente “mulheres”, uma vez que as próprias mulheres passaram a reivindicar seus múltiplos pertencimentos, a partir dos marcadores da diferença como gênero, sexualidade, geração e classe social, que constituem seus processos identificatórios. As epistemologias feministas⁵ ao estabelecerem uma crítica às categorizações científicas dominantes no mundo ocidental moderno, partem de um conceito universal de homem branco, heterossexual, civilizado, também contestam a ideia de mulher universal.

As reelaborações teóricas acerca da categoria gênero questionam as relações binárias em torno das categorias sexo e gênero, ao romperem com qualquer ideia que aponte uma dessas categorias como entidades naturais. Segundo Butler (2010), o sexo e o gênero são construtos culturais constituídos por formações discursivas que definem e demarcam o corpo também inscrito nessa teia de significados, sujeitos a ressignificações. A autora apoia-se na noção de que as identidades ao serem “generificadas” e sexuadas são performativas, portanto sujeitas a transgressões.

Brito da Motta (1999) ao tratar do conceito de gênero reforça que a existência de homens e mulheres apresenta variações internas à sua condição,

⁴ A partir da década de 1980, no Brasil, a emergência dos estudos de gênero está relacionada ao pensamento feminista sobre mulher e atravessa, especialmente, o campo interdisciplinar das Ciências Sociais, assim como se articula com o cenário de lutas da segunda onda do movimento feminista que ressurgiu, a partir dos anos 1960.

⁵ Refiro-me às epistemologias feministas no plural, em virtude das múltiplas interpretações teóricas e práticas dos feminismos nas pesquisas qualitativas.

como as diferenças de idade, de classe, de cor, etc. Diante disso, a autora conclui que há diversidade de experiências de gênero e estas dependem da valorização social de cada um desses aspectos e/ou da vivência que se tem deles. Há, portanto, hierarquias internas a cada dimensão.

Em contextos contemporâneos, as mulheres se reinventam frente aos papéis historicamente instituídos de mães, esposas e donas-de-casa. Percebo que essas classificações sofreram alterações, apesar de não serem abandonadas, dadas os novos percursos femininos no mercado de trabalho e na cena pública. As famílias também modificaram-se. Os denominados novos arranjos familiares, as múltiplas formas de conjugalidades, os recasamentos e a circulação das crianças por proles de casamentos diferentes, a virtualidade das relações, ampliação do número de divórcios; a visibilidade das uniões homoafetivas, o aumento da longevidade da população, dentre outros fatores contribuem para as mudanças nas estruturas familiares.

As famílias denominadas multigeracionais têm cada vez mais ocupado a cena contemporânea. A fluidez dos laços conjugais, os divórcios dos filhos adultos, viuvez, desemprego, salários baixos têm influenciado no deslocamento familiar e habitacional dos filhos para a casa de seus pais. Geralmente famílias inteiras passam a morar juntas com outra família, configurando-se numa ampliação do núcleo doméstico e nos rearranjos e negociações quanto ao convívio entre gerações num mesmo espaço. Muitos filhos adultos casam-se e têm filhos e nunca saem das casas dos pais.

Conforme Peixoto e Luz (2007), existem duas modalidades de coresidência entre pais e filhos, sendo estas a coabitação permanente e a recoabitação.

Existem duas modalidades de co-residência: a coabitação permanente e a re-coabitação (Attias-Donfut, 1995). No primeiro caso, estão pais e filhos(as) adultos (casados ou não) que nunca viveram separados e as filhas (mães-solteiras com seus filhos) que sempre moraram com os pais. No segundo, inúmeros podem ser os fatores dessas mudanças de moradia, e a diversidade dessas situações de re-coabitação revela as implicações econômicas e sociais no interior do grupo familiar: mães que enviúvam e passam a morar na casa de um(a) filho(a); mães divorciadas ou viúvas que acolhem seus filhos(as), também divorciados(as); pais ou mães que têm recursos reduzidos e, ainda assim, acolhem os filhos que atravessam um período de desemprego; pais que recebem aposentadoria reduzida (ou mães que recebem pensões precárias) e

que vêm morar com os filhos em melhor situação econômica; pais ou mães mais abastados que não acolhem os(as)filhos(as) em suas casas, mas que ajudam financeiramente aqueles em dificuldade, casados ou não, etc. (PEIXOTO e LUZ, 2007, p.174)

Interessa-me nesse trabalho compreender as interfaces entre as famílias multigeracionais em que haja a presença de mulheres mais velhas e mais jovens com filhos pequenos, sendo as primeiras avós e as segundas mães das crianças. Nesse cenário, as mulheres-avós têm cada vez mais assumido o protagonismo na educação das crianças, além da provisão financeira da família. Os deslocamentos de lugares e as relações de transferências de responsabilidade entre mulheres de diferentes gerações quanto às práticas de maternidade, no interior de suas famílias têm mobilizado meu olhar investigativo, sobretudo para os modos de vida, as solidariedades e conflitos intergeracionais de mulheres das classes populares.

A fala de D. Cássia é significativa quando se trata do cuidado com os netos. Sua filha foi embora de casa, onde morava com a mãe e os sete filhos, quando seu filho mais novo tinha 1 ano e o mais velho 13 anos. De lá para cá, as crianças foram cuidadas por D. Cássia que deixou de trabalhar como empregada doméstica, para realizar trabalhos eventuais em vista de ter que cuidar dos netos. Além de vender roupas usadas na feira da comunidade, D. Cássia é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Porque as mães deles (referindo-se aos netos) começou com as amigas que bebiam, fumava. Aí ela entrou no rol, aí largou a casa, quando cheguei o menino tava chorando porque ela tinha ganhado o mundo. Passou oito anos ou seis anos, sei lá. Quando Mateus era pequeno, o Mateus já tem 13 anos. Mas agora que ela tá voltando aos poucos, mas não é pra morar, porque não dá mais certo não, porque os netos já tão tudo grande. Ela arranjou um homem, aí tem que tá é no canto dela mesmo (...)Era ele pequenininho nos meus braços chorando, eu cheguei do trabalho, todo mundo tinha ajudado ele. Nessa época, a barraca era de tábuas. Eu com ele nos braços chorando, um pranto que ninguém sabia o que é que fizesse e ela no meio do mundo. Trabalhava e tudo. Eu trabalhava em casa de família, eu parei de trabalhar. (...)Larguei tudo pra ficar com eles, com meus netos. Larguei tudo, tá aí as meninas que conhece, as meninas e a Fernanda. A Fernanda morava vizinho minha ali.

À época D. Cássia - hoje ela tem sessenta e dois anos - poderia ser classificada conforme Britto da Motta (2012), como uma típica mulher da geração pivô, ou seja idosas jovens, a geração intermediária. O pivô, conforme

trata a autora, é mais que cinquentona. Em relação à situação de gênero são geralmente mulheres, que além do fato de viverem mais que os homens, têm o destino tradicional de suporte familiar. “É importante que seja lembrado que muito da solidariedade intergeracional existente se realiza às custas do empenho emocional e do trabalho não remunerado das mulheres.” (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 5)

O destino de ser avó e compartilhar os cuidados dos netos, filhos de suas filhas, é algo reiterado nas falas das mulheres entrevistadas, o que localiza o discurso da continuação das formas de maternagem pelas mulheres mais velhas, configurando-se em uma espécie de solidariedade feminina entre gerações.

Lins de Barros (1987) em pesquisa antropológica acerca das famílias das camadas médias urbanas no Brasil, a partir da perspectiva das avós, ressalta que as relações se intensificam no cotidiano entre as avós e as filhas quando os netos são pequenos. A solidariedade feminina no cuidado com crianças mostra a ausência ou pouca participação dos homens no trabalho doméstico. As avós da classe média, segundo a autora, encorajavam as suas filhas a se profissionalizarem e a conquistarem independência financeira. Entretanto, havia um limite quando a vida familiar está em jogo, sobretudo as funções ditas maternas. Entre a autoridade e o afetos, as avós aparecem como figuras próprias nesse panorama de transformações. Na pesquisa realizada, a autora constatou que através de suas histórias de vida, os avós atestam ao mesmo tempo o desenrolar das mudanças e reformulações da vida família, e a permanência de determinados padrões sociais e culturais.

Nesse sentido, que singularidades comportam as mulheres avós nas camadas populares? Que circunstâncias pessoais, sociais e históricas⁶ experienciadas por essas mulheres marcam suas identidades? Que novas formas de vivências da maternidade têm sido construídas em face da rede de parentesco das famílias pobres? Que negociações são estabelecidas entre as mulheres jovens e as mulheres velhas no cuidado com as crianças? Na

⁶ Brah (2006) discorre que as questões da identidade estão intimamente ligadas às questões da experiência, subjetividade e relações sociais. Nesse sentido, as identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeitos, portanto não são fixas. Ainda segundo esse autor, as identidades assumem padrões específicos diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas vivenciadas pelos sujeitos.

próxima sessão, abordarei as trajetórias sociais das mulheres nas camadas populares, com foco nas mulheres avós, em vista que as próprias configurações familiares imprimem especificidades, dada as formas de constituição das redes femininas e de vizinhança.

3. Maternidades, gênero e pobreza: quais os lugares das avós?

Nas comunidades pobres, os limites entre o espaço da casa e o da rua são tênues. A vida doméstica é algo compartilhado entre famílias, parentes e vizinhos, uma vez que as casas com poucos compartimentos são muito próximas umas das outras e ocupam formas desordenadas nas ruas cruzadas por becos. Os rituais de solidariedade, sobretudo entre as mulheres, funcionam como uma espécie de compensação em face da escassez das condições materiais e de uma rede de proteção social pública de qualidade.

O antropólogo Michel Agier (1990) a partir de observações etnológicas em no bairro da Liberdade em Salvador, retrata como as subjetivações dos indivíduos relacionam-se as formas de organização das famílias pobres e das diferentes posições ocupadas por mulheres e homens nesses territórios. Nessa pesquisa, o autor constatou que a formação das disposições femininas nas margens urbanas não as levam a uma integração economicamente ou profissionalmente na sociedade, diferentemente dos homens. Assim, quando adultas, as mulheres querem ou precisam de uma renda pessoal, elas geralmente têm apenas a formação profissional de doméstica, o que limita o leque profissional destas, em que seus empregos estão diretamente relacionados a tarefas domésticas e mercantilizadas a um baixo custo.

As críticas feitas as mulheres (tanto pelas mulheres, como pelos homens) são de ordem moral ou doméstica e não sociais ou econômicas como aquelas endereçadas aos homens: uma leva “má vida”, outra “não presta” para cuidar da casa, dos filhos e do marido. (AGIER, 1990, p. 49)

Desse modo, as relações de gênero ao se estruturarem sob distintas formas de poder entre homens e mulheres, atribuem às mulheres no interior de suas famílias, às atividades de cuidado doméstico e para com os membros do grupo familiar. Destacamos que esses aspectos são historicamente situados na sociedade ocidental, portanto, não se trata de algo natural e atemporal, mas pertencente a uma ordem cultural e simbólica em disputa.

As mudanças na condição feminina, no interior das famílias, não foram suficientes para deslocar de lugar um número significativo de mulheres que são nomeadas socialmente como as principais responsáveis pela educação dos filhos, sendo esta a prerrogativa da considerada “boa mãe”. Para Bourdieu (2007), a família aparece como a mais natural das categorias sociais. O trabalho de criar um “espírito de família”, a partir das trocas comuns e continuadas da vida cotidiana, das visitas, atenções, festas familiares deve-se particularmente às mulheres, encarregadas de manter as relações (com sua própria família e com seu cônjuge).

Segundo Sarti (2004), nas famílias dos pobres, os princípios de reciprocidade estão mais bem visíveis. De acordo com a autora, a família não funciona como núcleo, mas como rede de relações, seja de parentesco ou vizinhança, que enreda uma trama de obrigações morais entre os membros da família, são experiências que confirmam a referência simbólica e um valor alto da família para esses

As trajetórias das mulheres das classes populares, portanto, abrigam especificidades em virtude do *habitus* de gênero e classe que, por exemplo, as diferenciam da condição feminina das mulheres das camadas médias. É importante ressaltar que compartilho com Dubar (1998) do conceito de trajetórias sociais, as quais articula trajetórias “objetivas”, como sequência das posições sociais ocupadas pelos sujeitos durante as suas dinâmicas institucionais coletivas e as trajetórias “subjetivas” expressas nos relatos biográficos dos sujeitos e organizados em formas identitárias heterogêneas.

Em situações de pobreza, o trabalho doméstico feminino, tem um peso e ocupa um tempo maior em suas vidas, pois estas não podem contar com soluções individuais que aliviem sua carga de trabalho, a exemplo da compra de bens e serviços pelas mulheres com rendas altas. Soma-se a isso, a insuficiência serviços sociais públicos voltados para as necessidades cotidianas de reprodução social.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho têm ocorrido sob condições socialmente desfavoráveis em relação aos homens, uma vez que essa nova realidade não corresponde a uma maior divisão do trabalho doméstico. Desse modo, a tensão entre os campos do trabalho produtivo e

reprodutivo tem acompanhado os percursos de vida femininos. Em relação às mulheres pobres, evidenciamos a inserção em trabalhos precários e informais, portanto destituídos de quaisquer acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. (ÁVILA, 2007)

A fala de Fernanda expressa esse cotidiano pleno de incertezas e as estratégias de sobrevivência que as mulheres pobres usam para enfrentar o cotidiano. Fernanda é uma das líderes comunitárias da comunidade, ela e Laura utilizam inúmeras estratégias para sobreviver. Vive com uma neta, não tem renda fixa, não é aposentada e seu benefício do Bolsa Família foi suspenso. Retrata pois, seus *déficits* de trajetórias, quanto ao precários níveis de sobrevivência. Chamou-me a atenção, porém, a capacidade de agência de Fernanda e das outras mulheres entrevistadas, todas avós e chefes de família, diante das adversidades financeiras. Assim, embora o contexto carregue as marcas da falta, sobretudo, de bens materiais e de políticas públicas eficazes, percebi graus de protagonismo dessas mulheres no tocante a escolha dos parceiros e às formas de “ganhar a vida”.

Não, de dia eu ia para as casas de família. Eu lavava, engomava, eu fazia faxina. Quando eu não tinha, assim, na semana nada. Eu ia para Ceasa. Eu comprava coisa... fruta trazia para vender. Eu já trabalhei dentro de feira. Tudo eu já fiz para mim sobreviver (...) Agora eu trabalhei na política. Aí eu pego esse dinheirinho e compro alguma coisinha, vendo. E, às vezes, eu nem sei como é que eu sobrevivo. Tu acredita? ... Às vezes, eu fico assim, todo dia eu agradeço a Deus. Porque eu acho tão engraçado... A Laura disse que a gente vai morrer tudo pedindo esmola, eu e ela. Eu disse: vamos não, mulher. Deus é Pai não é padrasto, não. Nós ainda vamos ter uma renda, alguma coisa.

O entrecruzamento entre os aspectos de gênero, geracionais e de classe promovem reflexões quanto aos múltiplos pertencimentos dessas mulheres. As trajetórias das avós pobres comportam déficits de trajetórias de capitais econômicos e culturais, advinda da aquisição contingente das competências adquiridas nos espaços de socialização, como família, escola e trabalho. A vulnerabilidade vivida pelas famílias pobres faz com que um grande número de mulheres mais velhas ao não terem tido melhores possibilidades educacionais, trabalham recebendo menores rendas. E ao serem chefes de família, desempenham o papel de provedoras de um grupo familiar que tem poucas pessoas trabalhando. (VITALE, 2008)

4.Considerações finais

Esse artigo nos permitiu abordar de forma breve, as trajetórias das mulheres avós situadas em contextos de pobreza na sociedade brasileira contemporânea, situando-as a partir do exercício de cuidadoras de seus netos, em vista as outras modelagens de maternidades exercidas por suas filhas mais jovens, tais como: mulheres dependentes químicas, adolescentes de pouca idade, mulheres que conviveram com uma gravidez indesejada, com vínculos conjugais instáveis, mulheres que exercem trabalhos precários cuja disponibilidade de horários são incompatíveis a criação de seus filhos, como as empregadas domésticas que dormem em seu trabalho.

Nesse sentido, as avós assumem a guarda dos netos e passam a exercer lugar de importante relevo tanto nas relações afetivas, como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no sustento financeiro destas. Desse modo questiono: que pactuações, veladas ou expostas, são estabelecidas entre mães e filhas quando se trata de responsabilidade com essas “crianças em trânsito”? Poderes são evocados e circulados nessas relações. Formas de reconhecimento pautadas na moralidade dos laços sociais em torno da maternidade nesses territórios, disponibilizam os corpos dessas mulheres que não pariram os netos, a uma espécie de “avosidade”, a autoridades que fecundam nessas relações, muitas vezes, pautadas em hierarquias de saber e da experiência de vida. Percebo ainda que essas mulheres contam com uma rede de solidariedade que ultrapassa o vínculo familiar consanguíneo, a exemplo da vizinhança.

Nesse percurso, as práticas sociais femininas interseccionadas com os pertencimentos de geração e classe social, são desenvolvidas mediante esquemas de ação e interpretação, ora de permanência aos contornos tradicionais e culturais de gênero, ora de rupturas as ordens hierárquicas de aprovação de uma maternidade abnegada. As avós, dada as pluralidades de trajetórias individuais, porém situada num contexto coletivo, assumem uma maternidade fora de seu tempo plenas de desafios e de conflitos, nos quais o peso da responsabilidade assumida coadunam com os afetos desenvolvidos. Como autoridades da família, sobretudo, pelo exercício de chefia feminina, as avós assumem lugares de reconhecimento junto a suas filhas e a seus

netos/as. Estas são algumas breves chaves interpretativas que venho elaborando nesse meu percurso. Muitas descobertas estão por vir.

O cotidiano das mulheres avós e suas experiências de compartilhamento de maternidade com suas filhas, suas trajetórias sociais de vida, as interseccionalidades das categorias de articulação dos múltiplos lugares femininos, são questões que me movem nessa busca pelo desconhecido. Assim, diante das quebras das hierarquias patriarcais e da horizontalização das negociações entre os sujeitos que habitam as famílias multigeracionais, que moralidades permanecem? Que deslocamentos de lugares entre mulheres mais jovens e mulheres mais velhas acontecem?

4. Referências bibliográficas

AGIER, Michel. **O sexo da pobreza**: Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. *Tempo social*. São Paulo, 1990, vol.2, n.2, pp.35-60. ISSN 0103-2070.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (orgs.) **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Editora, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 8. ed. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8 ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, jan./jul. de 2006, p. 329-376.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A geração pivô, intermediária na família. In: **Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil**. Piauí, 2012

_____. A família multigeracional e seus personagens. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 111, abril/jun. 2010, p. 435-458.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, 1999: p.191-221

BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, 2010.

CAPITAL cresce em favelas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 jul. 2007. Caderno Cidade.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, Jan./Abr. 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.

DEL PRIORI, Mary. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 62, vol.19, n.62, 1998, pp.13-30.

FONSECA, Cláudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abril 2012, p. 13-32.

_____. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, jan./ jun. 2006, p. 11-43 (Dossiê Repensando a infância).

_____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: **Revista Psicologia USP**, v.13, n.2, 2002, p. 49-68.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, pp. 07-41.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, n.1, 1993, p. 7-32.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora da Unicamp, 2001

LINS DE BARROS, Myrian Moraes. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Nas tramas das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008. (Tese de doutorado)

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. **Reservados e Invisíveis**. O *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editora, 2007.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma, a compaixão e os termos classificatórios. Velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myrian Moraes Lins de. **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. LUZ, Gleice, Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, jul.- dez. 2007; pp. 171-191.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**. Campinas, v. 11, n. 2, p. 263-274.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Falir. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, v. 5, n. 8, 2001, p. 47-60,

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

VITALE, Maria Amália Falir. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Falir. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.